

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Considerações iniciais	9
1.2 A instrumentalidade do processo	13
1.3 Iniciativa probatória do juiz e preclusão	21
1.4 Natureza constitucional do direito à prova	26
2. A ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO JUIZ E OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	30
2.1 Jurisdição	30
2.2 Ação	38
2.2.1 Teoria concreta	41
2.2.2 Teoria abstrata	44
2.2.3 Teoria de Liebman: sua superioridade frente às demais	51
2.3 Defesa	62
2.4 Processo	69
2.4.1 Considerações prévias	69
2.4.2 O escopo do processo	71
2.5 Conclusão parcial	74
3. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ATIVIDADE INSTRU- TÓRIA DO JUIZ	78
3.1 Concepção moderna do direito antigo	78
3.2 Tendência do direito alienígena	83
3.3 Princípios processuais	93
3.3.1 Princípio dispositivo	93



3.3.2 Princípio da igualdade processual.....	104
3.3.3 Princípio da imparcialidade.....	115
3.4 As regras de distribuição do ônus da prova.....	124
3.5 A disponibilidade do direito material.....	135
3.6 As provas ilícitas.....	148
3.7 Natureza do poder instrutório do juiz	156
3.8 Limites do poder instrutório do juiz	162
4. CONCLUSÃO FINAL	167
BIBLIOGRAFIA	171